

Dívida Externa

Credor recusa a proposta brasileira

■ Presidente do Chase diz que acordos com outros países devem servir de exemplo

SÃO PAULO — O presidente mundial do Chase Manhattan Bank, Arthur Ryan, afirmou ontem que aos bancos credores internacionais não interessa reduzir de 60% para 40% a parcela de dívida externa velha por novos títulos do tipo *par bond*, como deseja o Brasil. Segundo ele, a base para a renegociação da composição do novo perfil da dívida externa brasileira deve se dar em bases realistas.

Ryan acrescentou que o tempo não está esgotado para o Brasil, mas há um "sentido de urgência" em se chegar a um acerto rápido sobre o assunto. Durante a primeira fase do acordo de renegociação entre credores e o Brasil, os bancos aceitaram trocar toda a dívida externa privada, de cerca de US\$ 44 bilhões, por novos papéis, cada um com uma fórmula específica de pagamento. Os bancos optaram por substituir 60% do total devido por papéis ao par, ou seja, sem desconto, fato que desagradou ao governo.

"Os bancos não gostam de perdoar dívidas", afirmou Ryan, que embarca hoje para Caracas depois de uma rápida visita ao Brasil. "Mas, como o propósito da negociação é deixar o passado para trás, fazer um acordo é preciso para a economia brasileira voltar a crescer. E para haver acordo é preciso amadurecimento de propósitos." Ryan lembrou que os demais países



São Paulo — Luiz Paulo Lima

Arthur Ryan: "Os bancos não gostam de perdoar dívidas"

que firmaram o acordo final com os bancos credores servem de exemplo para esta sua certeza de que o acordo é fundamental para a volta do crescimento econômico brasileiro. Ele citou os exemplos da China e da América Latina.

Para se chegar a um acordo, disse Ryan, o fundamental não é o acordo com o FMI. "O que vai pesar mesmo na negociação com os bancos será a composição dos bônus. Neste caso, é preciso se chegar a um número de acordo com os fatos concretos: o importante é saber até que ponto o Brasil pode pagar seus compromissos."

□ O negociador oficial da dívida externa, Pedro Malan, manifestou otimismo em relação às negociações com os credores internacionais. Para ele, a redefinição das opções feitas pelos bancos deverá ser concluída antes de 24 de junho. Ele lembrou que no caso brasileiro, os bancos enfrentam algumas restrições, previstas no acordo. "Nenhum grande credor do Brasil pode imaginar que vai chegar ao final do processo com 100%, 90% ou 80% dos seus créditos em bônus ao par".

CVM dá aval a mais 12 fundos

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) vai liberar hoje a participação de mais 12 fundos estrangeiros nas bolsas brasileiras, informou a diretora da autarquia, Maria Cecília Rossi. Com isso, sobe para 223 o total de investidores estrangeiros autorizados a operar no país desde junho de 1991, quando o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou a entrada direta de recursos externos nas bolsas brasileiras. Mais 10 novos pedidos estão em análise pelo departamento técnico da CVM, e devem ser aprovados nos próximos dias.

Na avaliação de Cecília, os constantes pedidos de estrangeiros para operar no país comprovam que o interesse pelo mercado acionário brasileiro não diminuiu, apesar do agravamento da crise política e econômica. Ela admitiu, porém, que o ingresso de capital externo no Brasil poderia ser bem maior, se a burocracia e o custo do registro, que gira entre US\$ 40 mil e US\$ 50 mil, não fossem tão grandes. Em janeiro e fevereiro, as aplicações externas em bolsa somaram US\$ 833,2 milhões e US\$ 334,7 milhões deixaram o país, restando saldo positivo de US\$ 498,5 milhões.